

NOVO Economia

Sábado 17 de Junho de 2023 N.º 94

NUNO VINHA

A ideia clara que sai da comissão parlamentar de inquérito à TAP p. 2



NESTA EDIÇÃO

FRENTE-A-FRENTE

As mexidas de juros do BCE vão ou não na direcção certa?

P. 2

ECONOMIA

Mais uma ou duas subidas? Banco Central Europeu está num dilema

P. 3

NEGÓCIOS

Taxas de juro impactaram vendas do projecto Campo Novo

P. 8

NEGÓCIOS

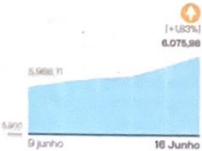
Visionware trabalha quase "todo o monopólio de Cabo Verde"

P. 10

MERCADOS

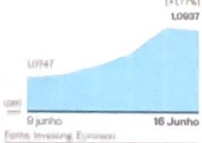
PSI

Valores em pontos



EURO/DÓLAR

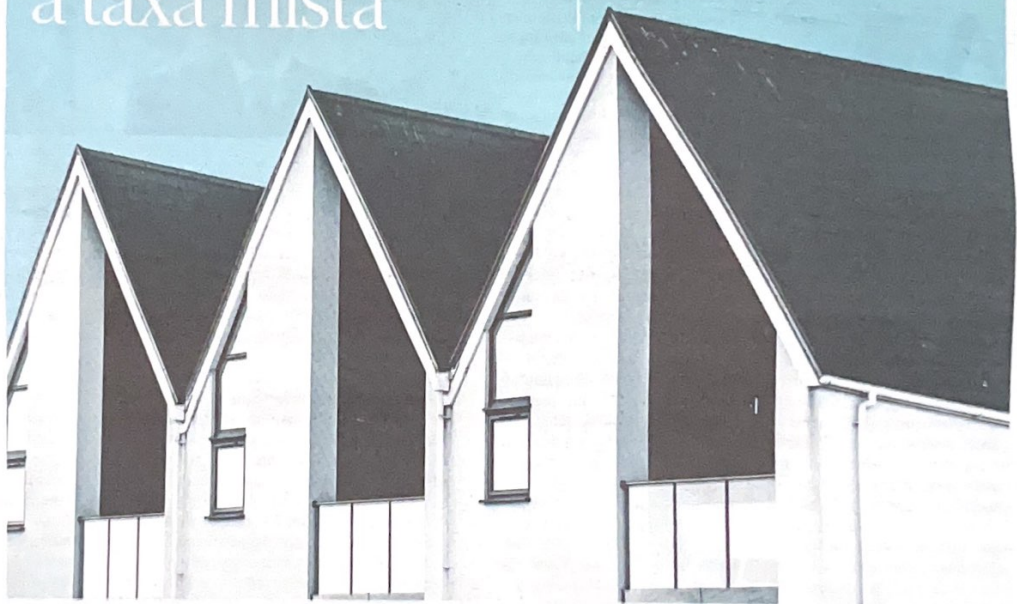
Valores em dólares



Fonte: Investing, Euronews

Regra do BdP empurra famílias para crédito da casa a taxa mista

A banca admite que o teste de stress do Banco de Portugal, que obriga a somar 3% à taxa final no caso das variáveis, pode estar a levar os clientes a optarem por fixar o juro pois, de outra forma, podem não conseguir contratar crédito. O sector afasta, contudo, que devam existir regras para definir o cálculo destas taxas pp. 4-5



Fundações são "principais interessadas" na transparência

Uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças concluiu que 24 fundações receberam 58 milhões de euros sem que tivessem cumprido as obrigações de transparência entre 2020 e 2021. Em reacção, a presidente do Centro Português de Fundações,

Maria do Céu Ramos, assegura ao NOVO Economia que estas são as "primeiras e as principais" interessadas na transparência do sector, estando a ser desenvolvidas acções de formação com vista, nomeadamente, à "implementação de boas práticas de gestão, transparência

prestação de contas". Estão também em curso estudos que permitirão perceber, afinal, que relevância e impacto têm as entidades em questão na sociedade portuguesa. Uma análise feita por iniciativa do Centro Português de Fundações conclui que "as fundações são um

tipo de entidade largamente desconhecido em Portugal", pelo que "não é fácil reportar com segurança o número de fundações privadas existentes" e "é fundamental saber quais são as fundações privadas em Portugal e como se caracterizam".

PP. 6-7



FOTO CEDIDA

Visionware trabalha quase “todo o monopólio de Cabo Verde”

CEO da empresa de segurança de informação destaca o crescimento estratégico no país, onde já conta com uma equipa de quase 30 pessoas, esperando abrir mais dois escritórios na cidade da Praia e no Mindelo. “Até mesmo para o Governo de Cabo Verde tem sido um bom *case study*”

Rodolfo Alexandre Reis
reis@medianove.com

Quase 16 depois de ter chegado a Cabo Verde, a empresa de segurança de informação Visionware tem hoje naquele país africano um ponto estratégico quer do ponto de vista financeiro, quer de negócio.

“Estamos lá desde 2007. Foi muito fácil replicar as referências que tínhamos de Portugal em Cabo Verde. Diria que hoje estamos exactamente iguais aquilo que temos em Portugal. A

indústria, o privado, o governo, a banca, os seguros, trabalhamos - não diria todo, mas está perto disso - praticamente o monopólio”, declarou ao NOVO Economia (NE), Bruno Castro, CEO da Visionware.

Um crescimento que levou a que a operação física em Cabo Verde empregue já acima de 20 pessoas, e que provavelmente irá crescer até aos 30 colaboradores. “Estamos com mais procura do que aquilo que conseguimos oferecer. Sempre que há um ciberataque estamos envolvidos de alguma forma. Por isso fizemos este reforço e

Aumento da equipa. “Estamos com mais procura do que aquilo que conseguimos oferecer. Sempre que há um ciberataque estamos envolvidos de alguma forma e tivemos que ter este reforço”

isso veio ajudar não só nos resultados, mas também na nossa capacidade de expansão”, explica Bruno Castro, acrescentando que em 2024 o objectivo já está delineado.

“Será novamente o de reopstar em Cabo Verde, abrindo os novos escritórios não só na cidade da Praia, mas também em Mindelo, aproveitando as nossas sinergias que temos com o mundo académico. Estamos somente a recrutar às universidades e a formá-los localmente”, afirma.

O responsável assume que são cada vez mais os pedidos de colaboração para fora de Portugal, o que ajudou a “solidificar” a Visionware a nível nacional e internacional. “Até mesmo para o governo de Cabo Verde tem sido um bom *case study*. Temos conseguido de alguma forma replicar uma marca de excelência num nicho de mercado que é a cibersegurança e de lá conseguimos exportar serviços para todo o mundo”, salienta.

Para o CEO, o papel do governo cabo-verdiano tem sido fundamental para criar sinergias de modo a melhorar toda a componente da cibersegurança. “O Governo de Cabo Verde está muito alinhado com esta nova

era da informação. Estão a seguir o que de melhor se faz na Europa em termos de estabilização. Também na vertente da segurança e da cibersegurança têm de seguir as normativas europeias”, sublinha.

Aposta em Cabo Verde. “Foi uma surpresa controlada”

Desafiado a fazer um balanço sobre a aposta em Cabo Verde, Bruno Castro classifica-a como “uma surpresa controlada”.

“Não nos podemos esquecer que Cabo Verde segue os mesmos níveis de exigência que a Europa em termos de segurança. Importa criar aqui alguma distinção do que é Cabo Verde e do que é África. É diferente. Cabo Verde é muito mais exigente. Aquilo que aplico num banco português, aplico exactamente o mesmo num banco cabo-verdiano em termos de medidas de segurança”, explica.

Além do mercado africano, a empresa tem vindo a apostar noutros dois territórios: a América Latina e a Europa.

“Na América Latina, tem sido uma abordagem interessante que nós desenvolvemos de há um ano e meio para cá. A Europa será sempre um posicionamento, que temos desde 2007”, conclui.